

⁴ Para uma melhor elucidação deste modelo, sugerimos ler em Alves (1999) os capítulos 4 (Toyotismo e mundialização do capital) e 5 (Racionalidade (e desrazão) do Toyotismo).

⁵ A conversão do trabalho vivo para o trabalho morto refere-se à transferência das capacidades intelectuais para a maquinaria informatizada (ANTUNES, 2001, p. 220).

⁶ Lima (2000) relata que alguns estudiosos têm projetado a tendência, já na primeira metade do Século XXI, de uma população envolvida ativamente, tanto na produção rural como na industrial, de não passarem de 10% da população ocupada. A tendência é *esgotar* a capacidade de absorver a parcela de trabalhadores assalariados que estão a *procurar* de empregos.

⁷ Excluído parcel ou total de compensações usuais, garantidas em lei.

⁸ Antunes (2001) menciona que um terço da população mundial encontra-se realizando trabalhos precários, em condições precarizadas ou está desempregada.

Recebido para publicação em 31/05/2004

PROLEGÔMENOS A UMA GEOGRAFIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS*

Nelson Rodrigo PEDON**

Resumo: Reunimos neste texto, que é apresentado na forma de um ensaio, um conjunto de idéias que servem de aporte teórico-metodológico para a realização de nossa pesquisa referente a atuação de uma associação de moradores na cidade de Aracatuba/SP. A crise do marxismo, reflexo das mudanças sociais vividas por nossa sociedade nas últimas décadas, a emergência de uma forma relacional de pensar os problemas sociais e a inserção de um pensamento verdadeiramente dialético no campo da Geografia, são temas mais amplos e que transcendem o papel tradicionalmente atribuído às ciências sociais, e por extensão a Geografia, mas que devem fazer parte do arsenal epistemológico utilizado pelos que pretendem estudar os movimentos sociais contemporâneos.

Palavras-chave: participação popular; marxismo; dialética; espaço; sociedade.

Resumen: Juntamos en este texto, de que presentamos en la forma de un ensayo, un sistema de las ideas de las cuales sirven de portuario teórico-metodológico para la realización de nuestra investigación que se refiere el funcionamiento de una asociación de habitantes en la ciudad de Aracatuba/SP. La crisis del marxismo, consecuencia de los cambios sociales vivió por nuestra sociedad en

* Trabalho apresentado à disciplina "História social do trabalho no Brasil", ministrada pela Prof. Dr. Eda Maria Goes, no Programa de Pós-graduação em Geografia da FCT-UNESP em Pres. Prudente/SP.

** Mestrando no Programa de Pós-graduação em Geografia da FCT-UNESP em Pres. Prudente/SP, bolsista da FAPESP e Membro do GASPERR. E-mail: pedon_nelson@yahoo.com.br / eou npedon@yahoo.com.br

nas últimas décadas, a emergência de uma forma relacional para pensar os problemas sociais e a inserção de um pensamento dialético em el campo de la geografía, son temas mas amplos y eso exceden tradicionalmente el papel atribuido a las ciencias sociales, y para la geografía por extensión, y deben ser parte del arsenal epistemológico usado por todos que se preponen estudiar e os movimientos sociales contemporáneos.

Palabras-clave: participación popular; marxismo; dialética; espacio; sociedad.

1. INTRODUÇÃO

Com a aprovação da Lei 10.257 em julho de 2001, denominada Estatuto da Cidade, retorna-se no Brasil a discussão a cerca da função social do espaço urbano e da participação popular, que havia sido iniciada na década de 1980 pelo Movimento da Reforma Urbana, e que agora tem seu respaldo em lei e na atuação do novo Ministério implantado pelo Governo Lula, o Ministério das Cidades.

Diante dessa conjuntura, colocaremos em tela algumas das principais questões que surgem quando buscamos atravessar o complexo cipoal teórico e metodológico da problemática da participação popular no espaço urbano.

A participação popular no espaço urbano constitui uma complexa problemática no sentido de abarcar um campo bastante amplo de debates e problemas que foram tratados nos últimos 30 anos pelas mais diversas ciências que têm a sociedade como preocupação central. Representa, portanto, um conjunto de problemas próprios de um tema, ou como nos ensina Ruffesin (1993), representa um modo de colocar um complexo de problemas relativos a uma questão particular.

A História, a Sociologia, a Geografia e a Antropologia, orientaram variadas discussões a respeito do assunto tendo por fundamentação diferentes perspectivas teórico-metodológica e suas

respectivas bases filosóficas. Essa variada gama de trabalhos que surgiram, sobretudo a partir de 1978, na historiografia brasileira, nos dá uma lição clara de que não podemos cair na armadilha positivista de concentrar esforços na busca por conceitos perfeitos e imutáveis, na vã crença de se fazer ciência no maior dos rigores científicos.

Trabalhos importantes surgidos nesse período, tais como o do historiador brasileiro Edgar Dedecca, do inglês Edward Thompson, de sociólogos como Maria Glória Ghon, Eder Sader e seu renomado trabalho "Quando novos personagens entram em cena", um pouco mais tarde a Geografia, com Marcelo Lopes de Souza, até mesmo o físico Karl Popper, em 1974, publica sua mais conhecida obra no campo sociológico, o livro "A sociedade aberta e seus inimigos", todos buscando mostrar o quanto a dicotomia estrutura-processo e suas implicações epistemológicas levava-nos a um modelo estático e determinista de se fazer ciência e de se pensar a participação popular. Foi o esse movimento intelectual refletir o contexto sociopolítico do momento, a saber: final da década de 1970.

A crise do marxismo estampado nesses trabalhos, e em muitos outros, vem como uma tia velha trada com os acontecimentos que sucediam o mundo no final dos anos setenta, nos atenuando para a "nova" dialética que constitui uma realidade que se divorcia de qualquer pretensão científica duma realidade a-histórica, e que ensina uma concepção de mundo muito mais próxima daquela promulgada pela física quântica do início do século XX, ressuscitando a máxima heraclitiana de que "tudo muda nada permanece", ou como já havia nos alertado o próprio Marx quando escreve nas últimas palavras de seu Manifesto do Partido Comunista que "tudo que é sólido se desmancha no ar".

Neste ensaio, fazemos um breve esboço de como a problemática da participação popular, delineada nos termos dos movimentos sociais, surge no pensamento social brasileiro, sobretudo na Geografia, tendo como ponto de partida a crítica feita nos aspectos mais ortodoxos do marxismo.

A justificativa para isso se assenta no fato de que foi no momento em que esse referencial teórico não se apresentava mais

como uma ferramenta capaz de orientar uma leitura coerente das experiências vividas daquele momento em diante, que temas antes pouco considerados, ou até mesmo, como no caso da Geografia, inexistentes, começam a ganhar voz na pena de alguns autores.

Nossa perspectiva é de apresentar um conjunto de reflexões que temos realizando com o fim de compreender como se dá a participação popular na produção do espaço urbano de uma cidade média do interior do Estado de São Paulo, a cidade de Aracatuba, sobretudo a partir da atuação da Associação de Moradores de um bairro lido como de periferia¹, o bairro Alvorada. Conquanto, as sugestões e diretrizes apresentadas têm apenas um sentido de orientação e foram elaboradas a partir de tendências atuais e a partir do que nosso objeto de preocupação foi demandando até o estágio atual de nossa pesquisa.

Buscaremos situar a discussão a respeito da participação popular tendo como base a leitura de obras que focam os movimentos sociais, principalmente aqueles surgidos no final da década de 1970 e durante a década de 1980, autores importantes tais como Eder Sader, Arlete Moyses Rodrigues, Alvaro Moises, Edgar Dedecca, Paul Singer, Lício Kowarick, Marcelo Lopes de Souza, Maria Glória Gohn entre outros, todos representantes da tendência que parte de uma releitura do marxismo para compreender as experiências de mobilização e atuação política disseminadas no cotidiano dos grupos de baixa renda. Outra preocupação que ronda nossas investigações no campo de pesquisa que adotamos, a Geografia, diz respeito ao componente espacial dessa problemática.

A Geografia desde de o final dos anos 1970, vem incorporando ao rol de suas investigadas o problema da mobilização política dos grupos de baixa renda, a exemplo dos trabalhos de Marcelo Lopes de Souza (1988) e Arlete Moyses Rodrigues (1989), enfocando, respectivamente, a ação das associações de moradores e a atuação política dos favelados nas metrópoles brasileiras. A questão que gostaríamos de focar e que está relacionada, ao nosso ver, de forma direta ao problema da releitura da obra marxista, é o de se incorporar a um tipo de pesquisa que tinha por tradição privilegiar as

98

determinantes macro-estruturais da sociedade (e tinha por fim se atribuir estatuto científico a medida que se voltava para aqueles aspectos mais objetivos da sociedade tais como a situação de pobreza resultante da posição que o indivíduo possui na divisão social do trabalho, tomando a dimensão econômica como fator essencial de compreensão das atitudes do indivíduo) uma concepção de materialismo que vai além do economismo herdado do marxismo.

O que estamos tentando frisar é que aspectos que foram legados ao que se denominou como superestrutura e que seriam, portanto, um reflexo, efeito de causas mais profundas, em nossos estudos surgem como um jogo intrincado de relações entre elementos que se associam de forma dialética e não como relação causa-efeito no fenômeno estudado.

Desta feita, o espaço do bairro constitui-se não somente como o território onde a condição de pobreza toma concretude, mas é também o lugar onde os indivíduos se relacionam entre si e com o espaço em sua volta. No espaço do bairro, compreendido pela escala da comunidade, os moradores reclamam o desenvolvimento real, fático, crescem e se reproduzem conforme uma lógica que só é entendida de forma bastante complexa. O espaço do bairro se torna o lugar real para onde convergem processos delineados em outras escalas. Podemos, sem pecar pelo uso das metáforas, dizer que o mundo cabe no bairro.

2. DA ESTRUTURA AO INDIVÍDUO: AMPLIANDO A CONCEPÇÃO DE MATERIALISMO

François Dosse (1993), em sua obra que trata da história do estruturalismo, assinala que a Geografia é a "convidada de última hora" das ciências sociais, isso porque enquanto as outras ciências estão preocupadas com as correções epistemológicas, buscando se atrelar às atualizações teóricas, a Geografia relutava em incorporar

99

novas formulações e perspectivas, sim, seu pescoço estaria sempre voltado para trás.

A afirmação de Dossê ilustra, por exemplo, o fato de um tema como o dos movimentos sociais só passarem a fazer parte dos estudos geográficos a partir de 1978, mais precisamente quando a Geografia atenta ao fato de que o materialismo de cunho marxista se apresentava como eficiente meio de análise da realidade social brasileira. É nesse momento que a Geografia assume a sociedade como objeto central, sendo que sua objetivação se dá por meio da análise do espaço produzido por essa sociedade.

Junto a essa nova forma de encarar o espaço geográfico adota-se todo o arsenal marxista, desde a admissão dos conceitos deste até mesmo a ruptura com uma postura axiológica que buscava a objetividade científica por meio de um distanciamento com o objeto pesquisado. É a partir da Geografia Crítica que o pesquisador se compromete axiologicamente com seu objeto de estudo e passava a defender o espaço do pesquisador militante comprometido com a transformação social. Exemplo interessante é o trabalho de Arlete Moysés Rodrigues (1988), que trata da ação organizada dos favelados em Osasco/SP e seu engajamento na atuação reivindicatória dos favelados.

Acreditamos ser nesse momento que a ação dos movimentos sociais, enquanto tema a ser problematizado, chega à Geografia. Contudo, é também nesse período que importantes críticas ao marxismo chegam às ciências sociais no Brasil. Críticas estas que vão refletir mudanças de perspectivas e de posições tomadas frente à ação dos movimentos sociais. Questões como se estes movimentos determinam ou não de forma direta a dinâmica da estrutura econômica determinada pelo Modo de Produção Capitalista, se a ruptura com o Capitalismo deve ou não ser incorporado ao projeto destes movimentos, questões de ordem teórica tais como a relação entre estrutura e superestrutura, subjetivo-objeto, indivíduo-estrutura, surgem no menu do dia.

A edificação da Geografia Crítica leve seu miterce na assimilação do marxismo, salvo os diferentes níveis de compreensão

e apreensão deste, causado pelos mais diversos fatores, seja de ordem teórica, ideológica ou filosófica. Até mesmo as ressalvas de que Marx não teria se preocupado em teorizar os fenômenos relacionados ao espaço feita por geógrafos conhecidos como Yves Lacoste (1997), por exemplo, não foram suficientes para anular esta influência.

A visão crítica da sociedade se apresenta como contraponto ao positivismo impregnado na Geografia Tradicional. Assim todos os fenômenos que negavam o *status quo* estabelecido passavam a merecer a atenção dos estudos geográficos.

As diferentes ontologias do espaço que vão fundamentar os estudos em Geografia refletem o debate e as diferentes formas de interpretação e adoção do marxismo. Não seria pretensioso de nossa parte afirmar, como faz Edward Thompson em "A miséria da teoria", que o que há são marxismos, e não um marxismo.

Ora o espaço assume a concepção de reflexo da sociedade, tal como uma instância determinada pelas leis de funcionamento do modo de produção capitalista, ora o espaço assume o status de relação, estabelecida por meio de determinações recíprocas da dialética sociedade-espaço. Ora o espaço é determinante, ora é determinado e ora o espaço aparece como a própria sociedade na forma de uma relação. Nesta última, o espaço surge como um ente relacional, portanto (Diniz Filho, 2001, p.79).

Achtamos importante notar que elementos marxistas tais como o conceito de totalidade, a visão da dialética enquanto um movimento perpétuo, o Modo de Produção Capitalista visto como uma entidade metafísica que se incorpora a tudo e a todos, o Estado representante da elite burguesa, tal como um pilonul furioso pronto para matar a classe trabalhadora ao menor sinal de agitação, todos estes elementos característicos da teoria marxista da sociedade capitalista estão presentes nestas diferentes ontologias geográficas.

A obra do renomado geógrafo Milton Santos é uma prova mais do que cabal da variedade que tomou o pensamento marxista na (te)geografia brasileira. Em 1978 em "Por uma Geografia Nova", a influência de um certo estruturalismo de cunho marxista é evidente, por exemplo, na formulação do conceito *formação sócio-espaçial*.

Mais tarde, em "O espaço do cidadão" (1987), categorias marcadamente marxista tais como ideologia, luta de classes e alienação são essenciais às formulações desta obra; em 1994, no livro "A natureza do espaço" notamos a influência de uma leitura sartreana do marxismo. Nota-se, ao exame dos trabalhos de Milton Santos, que eles refletem as variadas formas pela qual o marxismo toma corpo na Geografia brasileira.⁴

Alain Lipietz, em texto publicado na revista do Cbrap em julho de 1991, afirma que de crise em crise o marxismo entrou em coma adiantado. Esse radicalismo todo serve para chamar nossa atenção para o fato de que eventos sociais como o desmoronamento da "Corlina de Ferro" e do "Grande Horror no Leste", liquidaram de uma vez por todas a ortodoxia da teoria marxista.

Achamos interessante citar este trabalho de Lipietz uma vez que, em conformidade com outros críticos de Marx, a exemplo de Cornelius Castoriadis, Edward Thompson e Karl Popper entre outros, este autor faz referência não somente a fraquezas epistemológicas da teoria marxista, mas como o próprio Lipietz assinala:

[...] as crises do marxismo estão ligadas às crises do movimento social, mas elas não são também crises teóricas!... São crises de conclusões, muito mais do que crises de análises!... Não são mais apenas as análises e as respostas que são postas em questão, mas as próprias questões, ou antes, o interesse em as colocar: 'que pensar?' (LIPJETZ, 1991, p.101)

O movimento social ao qual o autor faz menção é o mesmo argumentado por Thompson (1978), por Castoriadis (1975) e Popper (1974). O que une o pensamento desses autores é o fato de todos partirem de uma análise do período histórico que serve de base a suas próprias experiências com o marxismo. O contexto social e histórico (duas últimas décadas da denominada Guerra Fria) constitui o pêndulo de Foucault desses críticos.

102

Repensa-se o projeto socialista pós Krushev, tento a pobreza instalada no leste europeu como pano de fundo, a rigidez de um Estado centralizador do socialismo real, até então, tão mortificante para os grupos trabalhadores quando a denúncia da Fetichização do Estado no Ocidente Capitalista, feita por Alan Bihl (2000).

A base classista do Capitalismo também é atacada. Segundo as idéias mais gerats dos autores citados, o desenvolvimento do Capitalismo somente em condições excepcionais constitui classes sociais no sentido marxista do termo, já que esta tese pressupõe a existência de uma oposição de classes subjacente aos processos sociais, estes determinados pela base produtiva em contradição com as relações de produção.

Assim Lipietz tenta sintetizar suas idéias a esse respeito:

Menos caricaturais foram os debates sobre a emergência das classes médias assalariadas, sobre o papel do capital financeiro, as mutações do imperialismo, e sobretudo sobre a teoria das crises, a autonomia do político e do ideológico, a questão do Estado etc.: todas questões abordadas superficialmente (ainda que com frequência geralmente) por Marx, e além do mais, por natureza, legitimamente sujeitas a reexames periódicos. (LIPJETZ, 1991, p. 102)

O autor faz referência ao problema da autonomia das instâncias. Cita, ao longo de seu texto, a ruptura com a teoria marxista causada pela Revolução Cultural Chinesa de Mao Tsé Tung na década de 1950, uma vez que esta inverte a seqüência histórica profetizada por Marx na qual as forças produtivas determinam a consciência, ou melhor, a estrutura (leia-se economia) determina a superestrutura (leia-se o campo das idéias e da cultura).

O que as principais críticas ao marxismo fazem, a grosso modo, é historicizar as idéias de Marx. Tal como um exorcismo, estes críticos fazem uma releitura do materialismo histórico, expandindo o maligno espírito do ortodoxismo que vê na evolução

103

técnica (base material da produção) o fundamento teleológico da sociedade.

Tal como nos agrios de maio de 1968, o alvo das revoltas não se limita mais a uma base única, a um sujeito central, a um objetivo unificador. A busca pelo motor da história não mais se limita à incumbência do sujeito transcendental do superoperário preso ao seu papel histórico de Hércules do ABC. Agora a história perde seu sentido escatológico e ganha os ares da sociedade aberta. O socialismo passa ser encarado não como o ponto de chegada, mas como meio. Assim, Lipietz lembra o filósofo Ernst Bloch, para quem o socialismo deveria funcionar como um princípio, o *Princípio da Esperança*.

É interessante notar como a idéia de socialismo como um caminho (leia-se processo) combina com as idéias de Henri Lefebvre (1993), sobre utopia, e com as idéias de Boaventura de Souza Santos (1997), sobre o socialismo compreendido enquanto busca e não como uma consequência natural do movimento histórico, tal como uma descontrolada mutação de estilo darwinista, que abole o estado concreto das coisas existentes.

O erro da previsão histórica marxista, segundo Popper (1974), herança patológica do totalitarismo hegeliano, faz da escatologia marxista uma prisão, inclusive do ponto de vista epistemológico. Acreditamos que temas como o dos movimentos sociais chega à Geografia Juno a um marxismo já em crise.

Ao tratar de problemáticas tais como os movimentos sociais, mais precisamente o ativismo de bairro, a Geografia toma para si a incumbência de associar questões consideradas, pelo materialismo tradicional, como objetivas e componente das estruturas determinantes da sociedade, às questões de ordem subjetivas, onde o componente simbólico toma corpo, como por exemplo, nas relações de afeto ou constrangimento do indivíduo com o espaço experienciado no cotidiano. Quando o lugar se torna território. Quando o espaço do vivido se torna o espaço da ação política. Assim é com o ativismo de bairro.

3. PROLEGÔMENOS A UMA GEOGRAFIA DO BAIRRO: REVISITANDO A DIALECTICA SOCIOESPACIAL

Lúcio Kowarick (1999) ao buscar entender o processo de produção de experiência assinala:

[...] não considero possível deduzir as lutas sociais das determinações macro-estruturais, posto que não há ligação linear entre precariedade das condições de existência e os embates levados adiante pelos contingentes por ela afetados. Isto porque malgrado uma situação variável mas comum de exclusão econômica, os conflitos manifestam-se de maneira diversa e, sobretudo, as experiências de lutas sem trajetórias extremamente disparas, apontando para impasses e saídas para as quais as condições estruturais objetivas constituem, na melhor das hipóteses, apenas um pano de fundo. Não se trata de desconsiderá-las, mas de reconhecer que, em si, a pauperização e a espoliação são apenas matérias primas que potencialmente alimentam os conflitos sociais: entre as contradições imperantes e as lutas propriamente ditas há todo um processo de 'produção de experiências' que não está de antemão, tecido na teia das determinações estruturais [...]. Se as lutas caminham paralelamente, existem estuários conjunturais onde elas desembocam, e o entendimento desse encontro requer um mergulho sobre a diversidade de movimentos que ocorrem tanto nas fábricas como nos bairros, a fim de captar aquilo que estão denominando de momentos de fusão dos conflitos e reivindicações. (KOWARICK, 1999, p.23)

A longa citação tem por objetivo nos mostrar o que há de mais atual no que se refere à produção intelectual preocupada em focar a problemática da mobilização social no espaço urbano.

De forma geral, os movimentos sociais urbanos expressam, das formas mais variadas, no que diz respeito à organização e aos projetos, a crise das formas tradicionais de realização da política. A recusa em se caracterizar enquanto mobilização de caráter político, presente na fala de alguns líderes de movimentos, tal como o presidente da Associação dos Moradores do Bairro Alvorada (alvo de nossa pesquisa), o comerciante Manoel dos Santos, que em entrevista concedida faz as seguintes afirmações: “*A SABA [Sociedade dos Antigos do Bairro Alvorada] não faz política, somos uma comunidade, queremos o bem dos moradores e não fazer política.*” Tal fala se funda numa concepção de política que se aproxima da política realizada pelos partidos, onde o *lob* e a demagogia são entendidos pelos movimentos como algo ruim, intrínseco ao ato de se fazer política.

A dimensão política desses movimentos reside no fato de se constituírem numa força que visa transformar a realidade daqueles que compõem esse campo de realizações. A associação de moradores politiza o espaço na medida que remete a espacialidade de modo direto e simbólico.

O bairro constitui a dimensão espacial concreta da sociedade, é o referencial. No bairro a dialética representação do espaço-espaço da representação vai constituir a força aglutinadora da mobilização política.

De forma condensada, podemos dizer que a visão de que as determinantes macro-estruturais não constituem a causa final das lutas sociais, como nos ajuda a entender Kowarick, mas deve-se somá-las à compreensão de que o bairro é o lugar onde os indivíduos experienciam as mais variadas situações que vão convergir no sentido de formar uma representação desse espaço, que organiza e impulsiona a ação política, nos servindo de orientação para o entendimento da ação das associações de moradores.

Esta perspectiva não é nova, inúmeros pesquisadores representam de diversas correntes da teoria social contemporânea vêm pensando a participação popular como fenômenos simultaneamente discursivos e políticos, localizados na fronteira entre os referenciais da vida pessoal ou comunitária e a política. Autores como Alberto Melucci colocam ênfase na natureza subjetiva da ação política. Melucci apresenta, em entrevista concedida em 1994, a seguinte idéia:

[...] eu me interessei pela dimensão pessoal da vida social porque sou convencido de que as pessoas não são simplesmente moldadas por condições estruturais. Elas sempre se adaptam e dão um sentido próprio às condições que determinam sua vida. (MELUCCI, 1994, p.153)

O conceito de experiência passa a ser valorizado como essencial para o entendimento da questão. O embate se dá entre uma visão que privilegia a vida real dos indivíduos e uma visão de cunho mais estruturalista, tal como aquela criticada por Thompson em “A miséria da Teoria”.

No Brasil, o trabalho do sociólogo Eder Sader, intitulado “Quando novos personagens entram em cena”, ganhou notoriedade justamente por abordar novas formas de organização da ação política, que eram negligenciadas pelas ciências sociais. Neste livro, Sader nos mostra a trajetória de alguns movimentos populares na metrópole paulista que fizeram com que emergissem novos personagens no quadro político brasileiro a partir de 1970. Estes novos personagens, tidos como sujeitos históricos, por meio de sua prática, contestam formulações teóricas antes predominantes, tratando-se de um sujeito coletivo e descentralizado, despojados de um papel histórico pré-determinado e universalizante.

Ampla-se, portanto, o espaço da sociabilidade e da ação, estes movimentos acabam por operar como fontes populares de informação, aprendizado e conhecimento político.

Confirmado o que foi dito anteriormente, fazemos menção a uma frase proferida pelo ex-presidente da SABA², o Sr. Mouringa, ao se referir a um dos papéis dessa associação:

Rapaz, a gente quando vai atender algum morador temos antes que explicar a forma de se chegar ao poder público [a preletoria], às vezes a pessoa mal entende sua situação, como é o caso, por exemplo, do pessoal que ocupa as áreas verdes. O trabalho é conscientizar mesmo sobre. Quando podemos marcamos algumas reuniões com o pessoal da preletoria que vem aqui e passa algumas informações pra gente.

No âmbito dessa valorização da experiência do indivíduo no seu cotidiano e da constituição de espaços de comunicação e interação, pretendemos ressaltar o Bairro como espaço mediador da ação entre dois sujeitos, os moradores e o poder público.

Fernandes (2000) lança seus esforços a difícil tarefa de entender os movimentos sociais para além de suas formas de organização. Sua tentativa é a de abarcar os espaços construídos, ou melhor, o território dominado pelos movimentos. Este autor cunha os conceitos de movimento socioespacial e movimento socioterritorial, "utilizado para denominar os movimentos que têm o espaço como trunfo", citando Martin (FERNANDES, 1997, p.26).

Assim, Fernandes afirma que os movimentos sociais que têm o território como trunfo são de interesse particular da Geografia, pois organizam suas formas e dimensionam-se a partir desse referencial. Vale a ressalva de que este autor analisa o caso específico do Movimento do Sem Terra. O autor conclui sobre o significado deste conceito, cunhado para ressaltar as particularidades dos movimentos que possuem o espaço ou território como objeto de disputa política, da seguinte forma:

Partimos do pressuposto que movimentos socioterritoriais são todos os que têm o território

108

como trunfo. Todavia, muitos movimentos não têm esse objetivo, mas lutam por dimensões, recursos ou estruturas do espaço geográfico, de modo que é coerente denominá-los de movimentos socioespaciais. (FERNANDES, 1997, p.61)

Os esforços de Fernandes em definir as particularidades dos movimentos sociais que têm no espaço o referencial de mobilização, atribuindo ao território o papel de objetivo a ser alcançado, se mostra elicitante apenas se entendermos o espaço como base física onde delimitamos uma área de atuação ou onde buscamos fixar objetos ou recursos.

Acreditamos que devemos tomar o espaço como mediador de uma ação, sendo ele próprio uma relação, tal como objetivamos entender a relação sociedade-espaco no ato da ação política reclamada pelas associações de moradores.

O que dá identidade aos movimentos socioespaciais e/ou socioterritoriais é o fato de que o componente espacial se apresenta como elemento mediador, sendo o próprio espaço uma relação. A luta só existe porque o espaço se apresenta, não como base onde se fixam objetos, ou como uma área ou sítio a ser delimitado, ficando a partir de então sobre a tutela de um grupo.

A mobilização só existe porque existe uma identidade do grupo com o espaço, é isso que permite o movimento sobreviver e atuar em espaço alheio, quando o espaço atada se constitui como território de outrem). Tal definição também nos ajuda a entender a diferenciação que Souza (2001) faz entre território e territorialidade. A partir da qual o espaço passa ser encarado como um campo onde coexistem várias territorialidades conflitantes.

Nas associações de moradores, o espaço do bairro não é nem trunfo, porque se o bairro existe significa que ele já constitui um espaço apropriado pelo morador, tendo ou não a escritura que lhe dá direito sobre a posse do imóvel, nem é um mero receptáculo, onde se fixam estruturas ou luta-se por recursos. O bairro é o lugar onde se

109

encerra uma representação que faz dele, na sua relação com o morador, a representação de algo que transcende seus limites. A identidade firma-se não somente a partir do que falta à base espacial da vivência dos moradores, tal como já nos referimos por meio da citação de Kowarick, 1979, mas firma-se a partir de uma dialética objetivo-subjetivo (a dialética espaço da representação-representação do espaço) que contém concetude a realidade dos moradores.

Assim, a luta política não resulta do que falta ao espaço, mas do que é incorporado e apropriado a este.

O espaço, na mobilização política dos movimentos tidos como socioespaciais ou socioterritoriais não é ideal nem material, mas sim relacional. Sobre esta forma de pensar as relações, Pierre Bourdieu (1989) assinala que:

Se é verdade que o real é relacional, pode ser que eu nada saiba a respeito de uma instituição acerca da qual eu julgo saber tudo, porque ela nada é fora das relações com o todo. (BOURDIEU, 1989, p.31)

Desta forma, Bourdieu apresenta dois problemas essenciais à problemática por nós levantada. O já mencionado problema do pensamento relacional e a questão da relação do ente com o todo. Pois se existe um conjunto de relações, que se combinam de forma a dar identidade a um recorte específico, em nosso caso um bairro, este conjunto de relações só possui tais configurações na medida que se combinam com relações ditas como exteriores, ou como preferimos, com relações delimitadas em escalas mais amplas.

Todo movimento social que tem o espaço como mediador da ação política é ao mesmo tempo um movimento pela autodefinição. Busca-se afirmar uma representação de si mesmo, enquanto indivíduo ou grupo que se apropria de um espaço. E esta autodefinição constitui-se dentro de um espaço maior onde as relações de poder estão arranjadas de forma a dar sentido ao ordenamento no território.

110

Um exemplo seria a valorização da cultura *Hip Hop* por parte dos moradores da periferia (o bairro Alvorada possui um dos mais baixos níveis de renda e de escolarização de Aracatuba - SP) como forma de autodefinir-se como indivíduo que possui uma série de características próprias e está inscrito num ordenamento socioespacial. É comum no bairro Alvorada a impressão nas calçadas com giz de letras de rap que fazem protestos⁶.

O marxismo herdeiro de um materialismo positivista asfixiante, não considera a contribuição dada à construção do real pela transformação coletiva da representação, esta também coletiva, age como fator transformador da realidade.

A busca pelo pensamento relacional, defendido sobretudo no campo da sociologia nas figuras de Norbert Elias e Pierre Bourdieu, ou na crítica muitas vezes desairoso de Karl Popper ao que ele chama de pobreza do essencialismo, deve ser uma constante para aqueles que têm os movimentos sociais como seu objeto de preocupação. Ainda mais se os referidos movimentos tiverem o espaço como mediador da ação política.

O cotidiano daqueles grupos que vão formar os movimentos é ele próprio ao mesmo tempo abstrato e concreto, é a partir do vivido, do que é experienciado nesse cotidiano que se insinua e se constitui enquanto sujeito social. Acontece que o cotidiano também é mediação entre o concebido e o vivido, nele travam-se combates pela apropriação do espaço por exemplo, mas isso só ocorre porque o sujeito se reconhece nesse espaço e só é sujeito porque se relaciona com o espaço dessa forma. Achamos interessante nesse momento, citar Odette Seabra (1996) quando assinala que:

É preciso refletir com base no vivido, mas sem recusar o concebido e sem exaltar a espontaneidade do vivido, pois que ele também se determina: tanto que, analisando-o, é possível ver como a parte cega da história diminui e como no caráter confuso do vivido está tanto a sua riqueza quanto também a sua pobreza. Enfim, o discurso

111

sobre o cotidiano tem de tornar explícito o que está implícito. (SEABRA, 1996, p. 80)

O filiaro de nosso problema já foi mapeado, o espaço social transcende a classificação base estrutura-superestrutura, estrutura sujeito, e diríamos mais, ele transcende a dicotomia filosófica entre materialismo-idealismo na medida em que se funda numa ontologia que é relacional.

No mundo social-histórico todas estas classificações encontram-se entrelaçadas, e formam uma só coisa, o complexo mundo que se vive. O concreto não é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações. No concreto, as múltiplas determinações não se encontram sintetizadas, mas em relação. O espaço social, concreto, não é uma massa de objetos coloridos e sólidos ao tato, isso não é materialismo.

Para Thompson (1981), o objeto real é epistemologicamente inerte, mas isto não significa que seja inerte de outras maneiras, não precisa, de modo algum, ser sociológica ou ideologicamente inerte. O pensamento e o ser habitam um único espaço que somos nós mesmos, em suas próprias palavras, "*a consciência está misturada ao ser*".

Assim deve ser o materialismo daqueles que buscam compreender o espaço dos movimentos sociais na atualidade. A figuração tradicional com seus vícios taxonômicos e sua perversão em estabelecer dicotomias velava a existência de sujeitos sociais antes subneididos ao planetário de erros denunciado por Thompson.

4. À GUIZA DE CONCLUSÃO

Ao terminar de ler este ensaio o interlocutor pode achar que nossa única e exclusiva intenção tenha sido a de fazer um inventário de problemas, sem a preocupação de se debruçar mais exaustivamente sobre eles; pode até achá-lo ecético demais. Na verdade, a forma pela qual resolvemos expor nossas idéias expressa o

112

lançamento dos problemas que temos pela frente. Digo temos, não somente ficando restrito às dificuldades específicas do trabalho que desenvolvemos enquanto aluno do Programa de Pós-graduação em Geografia da Unesp, mas tendo a preocupação de situar alguns dos obstáculos mais amplos da ciência social, por extensão à Geografia.

Não negamos a existência das chamadas determinações, tais como a estrutura econômica, o Estado, as classes sociais. São fenômenos que, por meio das categorias que buscam explicitá-las tornam-se referências fundamentais. O que acreditamos é que as contradições são vivenciadas em tempos e lugares que se tornam, ao mesmo instante, condição e resultado de experiências singulares. O que negamos é a pretensão do pensamento oracular, de determinar o que é essencial, de descobrir a essência emanada das coisas.

Pensamos como Lucien Goldmann (1974), que as ciências sociais devem ser filosóficas, também por isso fizemos essa retomada do materialismo de cunho marxista e buscamos em seus críticos subsídios para pensar a ação popular organizada.

Os vários autores citados ao longo de nosso ensaio têm em comum a busca pela superação das qualidades mais positivistas e menos dialéticas da teoria marxista. Nossa idéia principal é a de que temáticas importantes, tal como a de nossa pesquisa (a participação popular na produção do espaço urbano), passam a pertencer ao rol das pesquisas em Geografia a partir da instituição da chamada (Geografia Crítica, fundada no materialismo histórico dialético. Ocorre que este já chega à Geografia num momento que sua vertente mais difundida, o marxismo, se encontra numa verdadeira batalha com outras correntes.

Desfechamos com a sensação de ter causado mais dúvidas do que alvorecimento, conquanto, como já alertamos no início do texto, nosso objetivo é antes o de problematizar do que inferir.

113

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, Pierre. **O poder do simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil; DIFEL, 1989.
- BOSCHI, Renato Raul (org.). **Movimentos coletivos no Brasil urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- CARLOS, Ana Fani. O espaço urbano e movimentos sociais. **Boletim de Geografia Teórica**, Rio Claro: UNESP, Vol.22 (43-45), 1992, p.147-153.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. 3 ed Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- DINIZ FILHO, Luis Lopes. Certa má herança do marxista: elementos para repensar a Geografia Crítica. In: MENDONÇA, Francisco; KOZEL, Salete (orgs.). **Epistemologia em Geografia**. Paraná: UFPR, 2001. pp.77-108.
- DOSSÉ, F.: **História de Estruturalismo**, v.1. o campo do signo. 1945-1966. São Paulo: Ensino/Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993.
- DURHAM, Eunice Ribeiro. **Movimentos sociais: a construção da cidadania**. In: **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n.10, outubro, 1984, p.24-30.
- FERNANDES, Bernardo Mangano. **Movimento social como categoria geográfica**. In: **Terra Livre**. N. 15. São Paulo: AGB, 2000. pp 59-85.
- GOHN, Maria Glória. **Movimentos sociais e luta pela moradia**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.
- GOLDMANN, Lucien. **Ciências humanas e filosofia**. 4ª ed. São Paulo: DIFEL Editora, 1974.
- KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LACOSTE, Yves. **A Geografia: isso serve, antes de mais nada, para fazer a guerra**. Campinas: Papirus, 1997.
- LIPPIETZ, Alain. **As crises do Marxismo**. In **Revista Novos Estudos do Cebrap**. N.30, julho de 1991. pp.99-110.

114

- MERLUCCI, Alberto. **Movimentos sociais, renovação cultural e o papel do conhecimento**. In **Revista do Novos Estudos do Cebrap**. N. 40, novembro de 1994. pp.153-166.
- POPPER, Karl. **A sociedade aberta e seus inimigos**. Vol. 2. Belo Horizonte: Litterata, São Paulo: USP, 1974.
- RIBEIRO, Ana Clara T.; SILVA, L. A. Machado da. Paradigma e movimento social: por onde anda nossas idéias? **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo: AGB, n.62, 1985, p.67-87.
- RODRIGUES, Arlete Moyses. **Na procura do lugar, o encontro da identidade: a Geografia de um movimento social**. **Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente/SP: AGB, n.09, 1989, p. 11-17.

Cidade e movimentos sociais: algumas reflexões sobre questões conceituais. **Boletim de Geografia Teórica**, Rio Claro: UNESP, Vol.21 (42), 1991, p. 27-33.

- SADLER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: HUCITEC, 1979.
- A natureza do espaço**. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- O espaço do cidadão**. 2ª ed. São Paulo: Nobel, 1993.
- SCARLATO, Francisco Capuano. **Bixiga: uma ideologia geográfica**. In: **Boletim Paulista de Geografia**. N.67. São Paulo: AGB, 1989. pp.27-35.
- SEABRA, Odete. **A insurreição do uso**. In: MARTINS, José do Souza (org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Ilucite, 1996. pp.71-86.
- SOUZA, Marcelo J. Lopes de. **O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO, Iná Elias et al (org.) **Geografia: conceitos e temas**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. pp.77-116.

O que pode o ativismo de bairro? Reflexão sobre as limitações e potencialidades do ativismo de bairro à luz de um

115

pensamento autonomista. (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: UFRJ, 1988.

TELLES, Vera da Silva. Movimentos sociais: reflexões sobre a experiência dos anos 70. In: SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo (orgs.). *Uma revolução no cotidiano? Novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

THOMPSON, Edward. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar Ed. 1981.

Notas

- ¹ Rio como periférico porque sabemos que o significado do termo periférica deve ser precisado.
- ² Este período é lembrado por renomados geógrafos que se preocuparam em elaborar um quadro da evolução do pensamento geográfico brasileiro. Nesse período é que ocorre uma ruptura com a Geografia de cunho Neopositivista e se assume o materialismo dialético como aporte teórico e filosófico da produção geográfica nacional. Para essa discussão ver Sposito, 2001; Moraes, 1989 ou Santos, 1979.
- ³ Esta visão vai fundar o que se convencionou chamar de Geografia Cultural, que tem Paul Claval como um de seus principais representantes.
- ⁴ Esta hipótese é apresentada de forma sintética e só ela mereceria a atenção de uma tese.
- ⁵ Sociedade dos Amigos do Bairro Alvorada. De acordo com o novo Código Civil, estas instituições devem tomar o caráter de Associações, uma vez que configuram agremiações de utilidade pública.
- ⁶ Como por exemplo a pixação em muro logo na entrada do bairro com os dizeres "policiais os verdadeiros marginais".

Recebido para publicação em 31 de maio de 2004

A TOTALIDADE-DIFERENÇA NO PROCESSO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO: TRÊS PONTOS PARA O DEBATE

Roberto Franca da Silva JUNIOR*

Resumo: Este é um ensaio que visa levantar questões sobre a produção do espaço, a totalidade social, a relação metabólica sociedade-natureza e as teorias existentes, especialmente, aquelas que interpretam os períodos técnicos, e relaciona-las com a condição topológica.

Palavras-chave: produção do espaço; metabolismo societal do capital; totalidade; diferença; ontologia.

Resumen: Este es un ensayo que visa el examen de cuestiones sobre la producción del espacio, la totalidad social, la relación metabólica sociedad-naturaleza y las teorías existentes, especialmente, aquellas que interpretan los períodos técnicos, y relacionar con la condición topológica.

Palabras-clave: producción del espacio; metabolismo societal del capital; totalidad; diferencia; ontología.

1. INTRODUÇÃO

As preocupações, angústias e indagações que apresentaremos a seguir decorrem dos problemas de ordem epistemológica que ocorrem no interior da ciência geográfica com relação ao espaço, que

*Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia FCT/UNESP. E-mail: robertofranca@hotmail.com